



43
2

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0260093-7
APELANTE: Município de Condado
APELADA: Lenira Maria do Nascimento
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. IMPROCEDÊNCIA. CONDENAÇÃO DO MUNICÍPIO EM HONORÁRIOS QUE MERECE SER MANTIDA. APELO IMPROVIDO. 1. O apelo veicula insurgência tão-só quanto ao capítulo referente à condenação em honorários advocatícios constante da sentença *a quo* – que julgou improcedentes embargos à execução (contra a Fazenda Pública). 2. A condenação em honorários, na hipótese, decorre da aplicação, a *contrario sensu*, do disposto no art. 1º-D, da Lei nº 9.494/97, segundo o qual “*não serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas*”. 3. A propósito, o Superior Tribunal de Justiça tem se posicionado no sentido de que “*Em se tratando de execução por quantia certa de título judicial contra a Fazenda Pública, a regra geral é a de que somente são devidos honorários advocatícios se houver embargos. É o que decorre do art. 1º-D da Lei 9.494/97, introduzido pela Medida Provisória 2.180-35, de 24 de agosto de 2001*” (REsp 977.928/RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/04/2008, DJe 30/04/2008). 4. Tendo em conta que, *in casu*, o Município aforou embargos à execução de título judicial – e estes foram julgados improcedentes –, a sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios decorre da subsunção da hipótese dos autos ao regramento legal supra referido. 5. Apelo improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da apelação cível nº 0260093-7, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao apelo, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 27 de *março* de 2013 (data de julgamento).

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0260093-7
APELANTE: Município de Condado
APELADA: Lenira Maria do Nascimento
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Cuida-se de **apelação cível** interposta pelo **Município de Condado** em face da sentença prolatada pelo Juízo da Vara Única da Comarca de Condado, que julgou improcedentes os Embargos à Execução (contra a Fazenda Pública), NPU 614-33.2010.8.17.0510, e condenou *“a parte embargante nas custas processuais e em honorários advocatícios à razão de 10% (dez por cento) sobre o valor conferido à causa (art. 20, do CPC)”*.

O Município apelante requer a reforma da sentença *“para efeito de ser excluída a condenação em honorários advocatícios”*.

Sem contra-razões (cf. certidão à fl. 33).

É o que de relevante se tem a relatar.

Inclua-se em pauta para julgamento oportuno.

Recife, 11 de março de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



46
2

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0260093-7
APELANTE: Município de Condado
APELADA: Lenira Maria do Nascimento
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Conforme registrado no relatório, o presente apelo veicula insurgência tão-só quanto ao capítulo referente à condenação em honorários advocatícios constante da sentença *a quo* – que julgou improcedentes embargos à execução (contra a Fazenda Pública).

O Município pede a reforma da sentença *“para efeito de ser excluída a condenação em honorários advocatícios”*, ao argumento de que *“sobrevive, unicamente, da receita resultante de repasses do FPM”*, circunstância que resulta na carência de recursos para fazer frente ao pagamento de suas despesas regulares.

Em razão disso, alega não poder suportar a condenação judicial em questão e sustenta que a reforma da sentença para excluir a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios é a *“decisão que mais reflete a Justiça”*.

Pois bem.

A condenação em honorários, na hipótese, decorre da aplicação, a *contrario sensu*, do disposto no art. 1º-D, da Lei nº 9.494/97, segundo o qual *“não serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas”*.

A propósito, o Superior Tribunal de Justiça tem se posicionado no sentido de que, *“Em se tratando de execução por quantia certa de título judicial contra a Fazenda Pública, a regra geral é a de que somente são devidos honorários advocatícios se houver embargos. É o que decorre do art. 1º-D da Lei 9.494/97, introduzido pela Medida Provisória 2.180-35, de 24 de agosto de 2001”* (REsp 977.928/RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/04/2008, DJe 30/04/2008).

Tendo em conta que, *in casu*, o Município aforou embargos à execução de título judicial – e estes foram julgados improcedentes –, a sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios decorre da subsunção da hipótese dos autos ao regramento legal supra referido.

E, com efeito, a alegação de ‘carência de recursos’, não se presta à exoneração dessa obrigação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Nessa perspectiva, merece ser mantida a condenação na verba honorária, pelo que **nego provimento** ao presente **apelo**.

Recife, 27 de *mmw* de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator